

Salários vão ser corrigidos

A Unidade de Referência assegurará, para quem a adotar, uma rentabilidade compatível com os produtos do mercado financeiro — caderneta de poupança, fundo, etc. — hoje só acessíveis a uma pequena parcela da população. O governo dará o primeiro passo, indexando suas contas à UR. Impostos, salários do funcionalismo, tarifas públicas e preços administrados, como os combustíveis, serão indexados à UR. Será criado, também, um título público atrelado à variação da futura medida da inflação.

Dívida — Desde setembro, o Banco Central vem mudando o perfil da dívida pública, trazendo-a

para o curto prazo. Um dos objetivos dessa estratégia foi deter a escalada inflacionária que se anunciava na época. Ao oferecer papéis de curto prazo, com juros altos, o governo retira de circulação dinheiro que poderia ir para o consumo, acelerando a alta do custo de vida. O objetivo não confessado, porém, foi o de viabilizar a transição da UR. Com a dívida concentrada em prazos menores — papéis de um mês, em média —, o governo realiza a rolagem de seus débitos quase que semanalmente. Criado o novo título, indexado pela UR, em duas ou três semanas, segundo a mesma fonte, o Banco

Central poderia atrelar a dívida pública ao futuro índice.

Indexada a dívida, o mercado financeiro, obrigatoriamente, teria que adotar a UR, já que a rentabilidade das aplicações é garantida pelos papéis do governo. Além disso, o BC oferecerá, como atrativo, a manutenção de juros reais elevados para os novos títulos.

A utilização do câmbio como âncora de fato da economia, não implicará em pré-fixações ou controles artificiais da relação entre o dólar e a moeda nacional. Segundo o mesmo técnico, o BC continuará com sua política atual de manter a taxa de câmbio num nível realista.